

# 02

## A NATURALIZAÇÃO DO CUIDADO NO SISTEMA CAPITALISTA E O OS IMPACTOS NO EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO FEMININO

**THE NATURALIZATION OF CARE IN THE  
CAPITALIST SYSTEM AND ITS IMPACTS ON THE  
EXERCISE OF DEMOCRATIC FEMININE ACTIVITY**

**Kenia Almeida Nunes**

*Doutora em Ciências Sociais (UFRN)*

*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)*

*E-mail: [keniaalmeida@ifba.edu.br](mailto:keniaalmeida@ifba.edu.br)*

## **RESUMO**

Na dinâmica da divisão sexual do trabalho, as mulheres estão em desvantagem, pois as relações de cuidado demandam muito tempo e, por conseguinte, as excluem da participação nos espaços em que leis e políticas são definidas, conforme destacado por Biroli (2018). Dessa maneira, neste artigo, apresenta-se uma análise desse cenário a partir de uma revisão bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2003), abrange o levantamento de um conjunto de estudos públicos sobre uma determinada temática, isto é, tem-se acesso direto ao que foi produzido por outros pesquisadores. Cruz Neto (2001), por sua vez, traz que a pesquisa bibliográfica é relevante na identificação de conceitos e estruturas em diferentes áreas do conhecimento. Portanto, esse método foi essencial para a fundamentação teórica do objeto investigado. Por seu turno, foi empreendida análise a partir da reflexão sobre a intersecção entre as categorias de gênero, trabalho e capitalismo à luz de autores como Biroli (2018) e Marx (1994).

**Palavras-chave:** Capitalismo; Trabalho; Mulher; Cuidado.

## **ABSTRACT**

In the dynamics of the sexual division of labor, women are at a disadvantage, as care relationships demand a lot of time and, therefore, exclude them from participating in the

spaces where laws and policies are defined, as highlighted by Biroli (2018). Thus, this article presents an analysis of this scenario based on a bibliographic review that, according to Marconi and Lakatos (2003), encompasses the survey of a set of public studies on a given theme, that is, there is direct access to what was produced by other researchers. Cruz Neto (2001), in turn, states that bibliographic research is relevant in identifying concepts and structures in different areas of knowledge. Therefore, this method was essential for the theoretical foundation of the object investigated. In turn, the analysis was undertaken based on the reflection on the intersection between the categories of gender, labor, and capitalism in the light of authors such as Biroli (2018) and Marx (1994).

**Keywords:** Capitalism; Work; Woman; Care.

## 1 INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho é uma estrutura social presente em diversas sociedades, evidenciando-se, tanto nas chamadas pré-capitalistas como nas capitalistas. Nesse último modelo, de maneira primordial, as mulheres são responsáveis pelos elementos localizados no espaço privado, a casa, e os homens, por sua vez, destacam-se no espaço público. Essa separação se baseia no patriarcado

que perpetua a construção e a organização de espaços de atuação para homens e mulheres, produzindo, desse modo, desigualdades entre os gêneros e a invisibilização do trabalho das mulheres dentro do lar. Portanto, ressalta-se que, historicamente, é no espaço público que está localizado o trabalho remunerado. Nesse sentido, este artigo traz uma análise sobre a complexa relação estabelecida entre capitalismo, trabalho, mulheres e cuidados.

A dominação estabelecida sobre as mulheres se retroalimenta no sistema capitalista, isto é, o capitalismo fortalece o sistema patriarcal que, por seu turno, reverte-se no controle dos corpos no ambiente privado. Destarte, há, nessa relação, a manutenção de opressões, o que impede a participação plena das mulheres na democracia, culminando em uma cidadania restrita. Todavia, nota-se que as mulheres, na modernidade, não estão excluídas da esfera pública, mas o seu acesso e permanência se dão em desvantagem comparando-se ao gênero masculino.

Diante do exposto, a relação entre a ideia de uma cidadania restrita e conceitos como capitalismo, trabalho, gênero e cuidado é desenvolvida, neste estudo, por meio de uma revisão de literatura. Considera-se, então, que as leituras bibliográficas são o primeiro passo em qualquer pesquisa acadêmica, além de seguirem todo o contexto investigativo, partindo da escolha do tema, passando pela

delimitação do objeto, até a análise e escrita. Com isso, é, nesse processo, que o tema pode ser compreendido em diferentes nuances.

Portanto, além da revisão da literatura ajudar em reajustes no processo inicial da pesquisa, essa abordagem também é importante para a fundamentação teórica e análises que o tema suscita. Cruz Neto (2001, p. 52) diz que “*esse método de pesquisa, além de ser importante para a pesquisa básica, também permite identificar conceitos e estruturas de processos produtivos de determinadas áreas do conhecimento*”. Por fim, Marconi e Lakatos (2003), trazem que a pesquisa bibliográfica engloba o levantamento de um conjunto de estudos já publicados sobre uma determinada temática, dando, ao pesquisador, acesso direto ao que foi produzido por outros estudiosos.

Ainda sobre o contexto metodológico, no que se refere à construção das reflexões deste artigo, obras de escritores clássicos e contemporâneos foram consultados a fim de analisar as relações estabelecidas entre os gêneros, trabalho e o cuidado dentro do sistema capitalista de produção. Sendo assim, Karl Marx é retomado nesse debate, pois as ponderações desse filósofo, sobre o sistema capitalista com a máxima para o lucro, explorando a classe trabalhadora, permite entender a relação de exploração das mulheres no trabalho não remunerado do lar. Por sua vez, Flávia Biroli realiza

uma junção das ideias discutidas por Karl Marx, assim como explora a não vivência plena das mulheres na democracia.

Diante das leituras e reflexões realizadas para a produção deste texto, argumenta-se que o capitalismo levou à invisibilidade e à desvalorização do trabalho denominado como cuidado, tipicamente, realizado pelas mulheres, conduzido pela promoção da produção e do consumo, os quais se encontram nos espaços públicos. Essa invisibilidade perpetua o sistema de gênero com a subjugação e a limitação das mulheres ao setor privado. Ademais, o patriarcado cria disparidades de gênero no trabalho, constrói desigualdades entre homens e mulheres e impede a criação de uma sociedade justa e equitativa no que tange à vivência da democracia.

## **2 O TETO DE VIDRO DO CAPITALISMO – AS MULHERES E O TRABALHO NÃO REMUNERADO**

Em suas mais diversas perspectivas e concepções de mundo, os autores clássicos do pensamento sociológico, cada um a seu modo, apontaram a importância do trabalho e das relações que construíram a partir dele para o entendimento da sociedade (Santana, 2004, p. 7).

No contexto atual, diante das transformações rápidas e constantes que o mundo atravessa, as reflexões e análises sociológicas se conservam como ferramentas básicas

para o entendimento de como essas mudanças impactam as relações de trabalho e suas intersecções, a exemplo, a questão de gênero, raça e etnia.

A categoria trabalho é um dos elementos chave de compreensão da modernidade. Isso se deve às relevantes mudanças causadas pela Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no século XVIII. Além disso, evidencia-se como fator de transformação, a Segunda Revolução Industrial, que se estende para além das fronteiras inglesas. A saber, comprehende-se trabalho como qualquer atividade humana, seja física, seja mental, não necessariamente resultando em ganho financeiro.

Ao longo da história, a ideia de trabalho sofreu diversas alterações. No entanto, é com a Reforma Protestante, a partir da figura de Calvino e a sua ascese, que essa categoria passa a ser concebida como algo positivo, superando, em alguma medida, a visão negativa que carregou por séculos. A exemplo disso, há a concepção do labor braçal que se contrapunha ao ato da contemplação e da elevação espiritual presentes na ideia do ócio durante a Idade Média.

Destaca-se que o calvinismo foi um importante movimento religioso que atribuiu a salvação a uma vida regrada, assim como a inclinação ao trabalho. O espírito do capitalismo segue a máxima de que tempo é dinheiro. O trecho

do sermão de Benjamin Franklin afirma o dever religioso ao trabalho como um *ethos* de vida.

[...] como traço próprio dessa “filosofia da avareza” [o ideal de homem honrado *digno de crédito* e, sobretudo,] a ideia do *dever* que tem o indivíduo de se interessar pelo aumento de suas posses como um fim em si mesmo. [Com efeito: aqui não prega simplesmente uma técnica de vida, mas uma “ética” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso, antes de tudo, é a essência da coisa. O que se ensina aqui não *apenas* “perspicácia nos negócios” – algo que de resto se encontra com bastante frequência – mas é um *ethos* que se expressa, e é precisamente *nesta* qualidade que ele nos interessa] (Weber, 2004, p. 45).

Dessa maneira, a nova relação que o homem desenvolve com o trabalho, por meio da busca pelo lucro e pela acumulação, possibilita a emergência de diferentes formas de gerência. E, com as duas primeiras revoluções industriais, tem-se um processo de racionalização do trabalho propagado por Taylor, com a obra Princípios da Administração Científica de 1911.

Para tanto, no final do século XIX, começou a emergir um campo de conhecimento científico que se sustentava em um conjunto de normas e funções destinadas à organização do trabalho e do espaço produtivo. Essas iniciativas de

gestão do trabalho refletem claramente as mudanças na exploração e marginalização enfrentadas pelos trabalhadores assalariados. Frederick Winslow Taylor, já citado, propôs que a base de um sistema de gestão eficiente, para sanar problemas no processo de produção, é a estrita observância do tempo e dos movimentos gastos para realizar uma tarefa, assim como a especialização do trabalho. Nesse caso, o trabalhador só sabia realizar uma parte da produção da mercadoria e não mais o todo, além de se observar uma remuneração baseada no desempenho.

Por um lado, essa nova maneira de estruturar o ambiente de trabalho resultou em mudanças significativas, gerando efeitos que podem ser tanto benéficos quanto prejudiciais. Diante desse cenário, é necessário evidenciar, como contribuição positiva, o aumento da produtividade por intermédio da preparação da fase de produção e redução dos custos mediante a eliminação de operações desnecessárias, reduzindo assim os custos de produção.

Por outro lado, destacam-se críticas como a desumanização do trabalho, que converte os trabalhadores em frações, pedaços de uma máquina, ignorando as necessidades e capacidades individuais. Ressalta-se, então, que, ao fazer apenas uma parte do processo produtivo, o trabalhador se vê alienado daquilo que é fundamental ao homem, do trabalho. Isso decorre do aumento excessivo de atividades

e, ao mesmo tempo, da falta de autonomia no processo produtivo. Portanto, a alienação anda de mãos dadas com o processo de exploração dos trabalhadores, considerando que o princípio do capitalismo é buscar a acumulação que ocorre mediante a exploração do trabalhador no processo produtivo, como explica Karl Marx, no Volume I do livro O Capital de 1994.

O taylorismo, como foi chamado graças à figura representante Taylor, influenciou o surgimento de outros modelos de gestão, como o fordismo, no início do século XX. Esse modelo de gerenciamento foi aplicado nas fábricas Ford, para a produção do modelo de carro denominado de Ford T, em 1914, que combinou com a produção e o consumo em massa. O grande diferencial desse modelo de gerência foi a implantação da linha de montagem. A saber, no processo de produção, era usada uma esteira em que os trabalhadores se punham fixos, fazendo sempre os mesmos movimentos de forma rápida e repetitiva. Isso resultava na montagem no menor tempo possível. A produção do Ford T, por exemplo, passou de 12 horas para apenas 90 minutos, o que resultou em uma notável redução do preço do carro. Isso fica evidente na crítica realizada por Charles Chaplin no filme Tempos Modernos de 1936.

Esse contexto propiciou também as organizações sindicais e a agência dos movimentos sociais. Buscavam-se,

com esses novos atores sociais, mudanças nas situações de opressão estabelecidas dentro dos espaços laborais, os quais, invariavelmente, estendiam-se para as relações cotidianas, ramificando-se para a construção dos papéis de gênero. Por conseguinte, foi diante do chão das fábricas que os sindicatos se organizaram e tiveram como suporte as lutas das mulheres na primeira onda feminista denominada de sufragista. Nesse momento inicial do movimento, a pauta estava ancorada, principalmente, no voto feminino e nos direitos ligados ao mundo do trabalho. Desse modo, assinala-se que essa fase primeira já trazia alguns recortes interseccionais de gênero, classe e cor, já que foram conduzidos por mulheres brancas e de classe média.

A segunda onda, que transcorreu entre os anos 1960 e 1970, concentrou-se em temas como reprodução, sexualidade, trabalho e violência no lar. Algumas das discussões mais marcantes desse período foram a contestação ao patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a sexualidade das mulheres. Por sua vez, a maior das heranças foi a legalização do aborto em alguns países, por meio de lutas que perduram até hoje, visto que o tema impacta de forma distinta, sendo influenciado por fatores culturais, religiosos e políticos. Nesse período, ainda são notados avanços na legislação trabalhista, além da inclusão de temas como assédio sexual e violência doméstica na esfera das discussões feministas.

Na sequência, teve-se a terceira onda, que ocorreu entre 1990 e 2000, foi assinalada pela diversidade e pelos debates sobre interseccionalidade<sup>10</sup>. Esse momento do movimento reconhece que as experiências das mulheres não é algo fixo e nem universal, mas moldadas por múltiplas formas de estar no mundo como: raça, etnia, classe, orientação sexual, entre outros marcadores. A partir desse reconhecimento e valorização das diferenças, a terceira onda fortaleceu outros movimentos como o feminismo negro lésbico e *queer*, ampliando a agenda feminista e, dessa forma, tornando-a mais inclusiva.

Seguindo esse caminho histórico, desde 2010 até o momento atual, vive-se a quarta onda feminista. Esse período, por sua vez, é assinalado pelo uso recorrente da tecnologia e da cultura digital como instrumento para o alargamento e para rapidez na disseminação das pautas e dos ativismos. A exemplo, as redes sociais têm ajudado na mobilização e conscientização no contexto da luta contra as formas de assédio que se dão no espaço *online*. Nesse sentido, um dos debates mais assíduos tem sido as questões que envolvem a ideia do consentimento dentro das mais

---

10 Interseccionalidade é uma categoria de análise da realidade a partir das relações de poder e, consequentemente, desigualdade que delas emergem. A Interseccionalidade é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação (Collins, 2021).

variadas relações e a cultura do estupro. Tendo, assim, como legado o aumento vertiginoso da visibilidade de temas caros aos debates sobre as relações entre os gêneros, como feminicídio e assédio sexual.

Diante desse cenário, percebe-se que o movimento feminista tem sido um fenômeno complexo e bastante dinâmico. Ademais, identificam-se claras mudanças, as quais estão vinculadas às transformações que o contexto social, cultural, econômico e político suscita. Para tanto, a marca desse movimento é o reconhecimento das múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, considerando sempre os diversos elementos que propiciam desigualdades.

Com base no exposto, tem-se que a continuidade das categorias capitalismo-mulher-trabalho-cuidado permite uma leitura do aprendizado dos papéis de gênero a partir da ideia de que as mulheres estão para o espaço privado, enquanto os homens para o público. Essa forma de representação expõe as situações de desigualdade entre os gêneros e mantém o patriarcado, o qual é retroalimentado pelo capitalismo, um sistema que explora e aliena os sujeitos sociais mediante a extração da mais-valia, o grande trunfo da acumulação capitalista (Marx, 1994).

Desse modo, é essencial considerar a estreita conexão entre as alterações provocadas pelas revoluções industriais e políticas, as quais estão relacionadas ao trabalho,

às relações entre gêneros e ao debate sobre o cuidado nas sociedades capitalistas. Isso se evidencia no fato dos novos métodos de produção e estruturação do trabalho possibilitarem uma alteração nas relações entre os gêneros de uma maneira mais reveladora. Nesse caso, a herança mais profunda dessa interação é a distinção entre o espaço público e privado. Aos homens o espaço público, onde se localiza o trabalho remunerado e, às mulheres, o espaço privado, o lar, local do trabalho não remunerado.

Diante desse contexto, infere-se que a divisão sexual do trabalho naturaliza os locais de atuação dos gêneros, confiando, quase que exclusivamente, às mulheres, a tarefa de cuidar da casa e da família, tornando essa atividade, que é crucial para a manutenção da sociedade, invisível e desvalorizada.

Nesse caminho, Biroli (2018) mostra que o cuidado está em grande medida relacionado ao mundo dito das mulheres, sendo ele importante para apoiar a vida social e econômica das sociedades capitalistas. Contudo, esse aspecto continua a ser subestimado e desvalorizado, uma vez que é marcado pela gratuidade. A falta ou ineficácia de políticas públicas que garantam cuidados universais, como creches e escolas em tempo integral, cria mais obstáculos para as mulheres e limita as suas atividades no mercado de trabalho e, principalmente, no campo da política.

Entretanto, mesmo com as barreiras enfrentadas, evidencia-se que, a partir do final do século XIX até a atualidade, as mulheres se apresentam como agentes na construção de mudanças significativas na estrutura da sociedade. Percebe-se, então, que houve uma progressiva saída desses sujeitos dos espaços privados. Todavia, a participação feminina ainda é irrisória quando comparada aos homens. A exemplo, as mulheres têm mais acesso à educação formal, mas isso não incide em seus salários, haja vista que elas ganham cerca de 25% menos que os homens, segundo Biroli (2028).

Tem-se, nesse contexto, efeitos distintos no debate sobre o acesso à educação. A consequência na vida das mulheres é uma atualização da responsabilização desigual em diferentes aspectos, diante de distintos marcadores sociais. Na maioria das vezes, esses marcadores são enviesados pela lógica de uma natureza feminina e do cuidado associado ao feminino. Para tanto, conforme Biroli (2018, p. 41), “*o acesso das mulheres a profissões de prestígio, assim como a presença maior de determinadas mulheres em ocupações marcadas pela precariedade, expõe essas formas cruzadas de desvantagens.*”

### **3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – DO ARCO E DO CESTO À INDÚSTRIA**

Ao longo dos séculos, as relações entre as mulheres e os homens foram moldadas pela divisão sexual do trabalho

e pela complexa construção social e cultural do gênero. Isso implica no debate de que as atribuições de tarefas e papéis distintos para cada gênero, realizada com base na ideia de se carregar características biológicas para tal, é um empreendimento cultural que varia no tempo e no espaço. Quando a antropóloga Margaret Mead publica *Sexo e Temperamento*, em 1935, ela inaugura, em certo sentido, um marco nos estudos de gênero, embora o termo em si, como se conhece hoje ainda não existisse<sup>11</sup>. Mead (2015) realiza uma comparação entre as diferentes formas de expressar a masculinidade e a feminilidade entre os Arapesh, Mundugumor e Tchambuli.

Encontramos homens, assim como mulheres, treinados a ser cooperativos, não-agressivos, suscetíveis às necessidades e exigências alheias. [...] verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolvem como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuados, com o mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade. Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente (Mead, 2015, p. 267).

---

11 O termo gênero foi produzido pelo psicólogo John Money na década de 1950 (Lattanzio; Ribeiro, 2018).

A análise da antropóloga revela a relatividade cultural dos papéis de gênero. Diante desse estudo, essa autora demonstrou que o temperamento, hoje gênero, não é uma categoria biológica fixa, imutável, mas sim uma construção cultural e, diante disso, passível de transformações. Nesse sentido, é preciso ponderar que, embora se perceba, em todas as sociedades, atribuições e responsabilidades distintas para homens e mulheres, ou seja, a divisão sexual do trabalho, esse fenômeno varia de forma significativa nos diferentes grupos sociais.

Essa compreensão acerca da relativização na construção dos papéis de gênero fica nítida também quando se observa o debate que Pierre Clastres realiza no capítulo O arco e o cesto, presente no livro *A sociedade contra o estado* (2013). Trata-se de um texto etnográfico que analisa os modos de vida, a organização política e a maneira como os recursos são gerados entre os *Gauyaki*, povo indígena nômade do Paraguai.

Os *Gauyaki* orientam sua percepção de mundo a partir da divisão sexual do trabalho, que é conduzida pela dicotomia presente nos objetos arco e cesto. Aos homens, o arco, a caça e a floresta. Às mulheres, o cesto, a cozinha e o cuidado com as crianças. “*Cada um desses dois instrumentos é, com efeito, o meio, o signo e o resumo de dois ‘estilos’ de existência tanto opostos como cuidadosamente separados*” (Clastres, 2013, p. 122). Um não pode tocar no objeto do outro sob pena

de uma maldição, a pane. Desse contexto, é importante destacar que não é o biológico que faz as diferenças entre os gêneros, mas a manutenção de cada um, de forma atuante, com seu objeto. Se um homem não consegue mais usar o arco, ele perde a sua masculinidade.

Portanto, conforme Clastres (2013, p. 124),

[...] incapaz de preencher sua função de caçador, perde por isso mesmo a sua própria natureza e a sua substância lhe escapa: obrigado a abandonar um arco doravante inútil, não lhe resta senão renunciar à sua masculinidade e, trágico e resignado, encarregar-se de um cesto.

Nesse último debate realizado por Clastres, percebe-se o cuidado dispensado ao lar e às crianças como função das mulheres. Uma reflexão atual dentro das sociedades capitalistas. Engels, no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1986), elabora que a “[...] derrota histórica do gênero feminino” se dá com a emergência da propriedade privada. O advento da propriedade privada exige uma paternidade “garantida”, por isso a necessidade de uma família monogâmica. Todavia, evidencia-se que é uma monogamia feminina, afinal, o capitalismo anda de mãos de dadas com o patriarcado.

Nesse contexto, quando se tem um excedente na produção, não há apenas uma apropriação desigual, mas também

uma desigualdade na separação das tarefas da produção e reprodução da espécie. As mulheres são colocadas quase que exclusivamente nas funções de criação dos filhos, da organização e manutenção do lar e cada vez mais são afastadas da indústria. A opressão feminina não é natural, mas cultural.

Quando Engels escreveu o livro, abordado acima, as mulheres não tinham direito ao voto, a se divorciarem, à participação política, entre muitos outros direitos atualmente garantidos. O movimento operário, em certa medida, opunha-se ao trabalho feminino fora do lar, menos ainda via com bons olhos a participação feminina em sindicatos e partidos. Desse modo, a obra possibilita um entendimento de diversas formas de organização do trabalho ao longo da história.

Ainda nessa perspectiva, é relevante atentar para o debate de como as mulheres foram levadas para dentro do lar no modo de produção capitalista, um caminho que separa trabalho produtivo (homens) e trabalho reprodutivo (mulheres). Essa ponderação remonta à concepção dicotônica de que, aos homens, os trabalhos remunerados, nos espaços públicos, e, às mulheres, o lar ou a condenação por serem consideradas bruxas.

A caça às bruxas, por seu turno, éposta, por Federici (2017), como um elemento que fortalece o sistema capitalista, uma vez que destina, às mulheres, o lar como espaço de atuação. Sendo assim, as mulheres que possuíam acesso

à terra, ao conhecimento para o uso das ervas, tinham certa autonomia sobre seus corpos e, consequentemente, podiam tomar decisões sobre suas funções reprodutivas como manter ou não uma gravidez, por isso eram denominadas de bruxas. Federici (2017) evidencia que a caça às bruxas foi uma maneira de frear a autonomia e resistência das mulheres às normas vigentes.

Diante desse contexto, ressalta-se que, com as revoluções industriais, as mulheres vão sendo incorporadas de forma massificada ao mercado de trabalho, todavia, elas ainda são as responsáveis, quase que exclusivamente, pelas tarefas domésticas, realizando, assim, duplas ou triplas jornadas de trabalho. Com isso, o trabalho não remunerado, dentro do lar, produz um sujeito social exausto e, consequentemente, sem condições materiais e mentais para o exercício de atividade em outras dimensões da vida, a exemplo, a participação política. Portanto, as relações estabelecidas, dentro do sistema capitalista, reforçam as desigualdades históricas entre homens e mulheres, as quais são justificadas por uma pretensa naturalidade que as mulheres têm para o cuidado.

Dessa forma, percebe-se que a divisão sexual do trabalho e a construção social do gênero, enquanto algo fundamentado na biologia, colaboraram para a manutenção das assimetrias entre os homens e as mulheres. Isso ocorre em

função das mulheres ocuparem, de forma geral, posições que socialmente são postas como de menor prestígio e, em consequência, com menor remuneração. Essa desigualdade gera impactos profundos na vida das mulheres, pois limita sua vivência plena na democracia.

Evidencia-se, por fim, que esses são elementos construídos social e culturalmente, logo, são passíveis de modificação. E é, nessa seara, que os movimentos sociais, a exemplo do feminista, ganham destaque, pois propiciam reflexão crítica das posições que os gêneros ocupam, buscando transformações nas múltiplas instituições sociais e, consequentemente, mudanças nas mentalidades.

#### **4 A MÍSTICA DA NATUREZA FEMININA E O CAPITALISMO – UM DEBATE SOBRE A CARGA INVISÍVEL DAS MULHERES NO CAPITALISMO**

Quando se fala da figura feminina, há uma lógica da natureza empreendida em sua história. A ela, está associada a ideia de primeira gestora dos recursos naturais e, por conseguinte, toda uma mística de multiplicadora de práticas conservacionistas alicerçadas em uma narrativa que, embora aparentemente positiva, reforça estereótipos de gênero e limita as possibilidades de atuação das mulheres.

Desse modo, conforme Biroli (2018), ao se sugerir que a mulher deve aplicar, no espaço público, as mesmas

habilidades do lar, evidencia-se uma agenda do cuidado, transbordando o espaço doméstico e, assim, perpetuando-se a desigualdade de gênero. Percebe-se, então, uma programação administrada pela separação de funções para homens e mulheres em espaços públicos e privados.

A lógica do desenvolvimento capitalista, com a máxima para o lucro, está, aparentemente, ligada ao homem. Às mulheres, espera-se um recorte natural para o cuidado. Nesse cenário, aponta-se que a invisibilização do trabalho doméstico, majoritariamente feminino, basilar para a reprodução da força de trabalho, é um dos mecanismos que sustenta a dominação masculina e a acumulação capitalista. Desse modo, por não ser reconhecido e remunerado, esse trabalho se torna um pilar da exploração de gênero.

As relações de cuidado, apesar de envolverem dimensões profundamente pessoais e afetivas da vida, organizam-se em ambientes institucionais e econômicos específicos. [...] Em síntese, o ambiente institucional em que o cuidado é provido é resultado de decisões políticas. [...] falar de cuidado é falar das assimetrias no exercício da influência política e na conformação do mundo (Biroli, 2018, p. 55).

Sendo assim, o debate sobre a divisão sexual do trabalho é um elemento central para compreensão das desigualdades de gênero, ou seja, a categoria em questão denuncia as

desvantagens das mulheres, algo que está além da perspectiva de gênero puramente. A esse contexto, associa-se marcadores de classe, etnia, cor, religião, entre outros elementos. Assim, as assimetrias de participação política são reflexo do excessivo trabalho desenvolvido pelas mulheres dentro do ambiente doméstico. Assinala-se, então, que não se trata de negar a participação das mulheres nos espaços públicos, mas de evidenciar posições desiguais, as quais são mantidas pelo processo de construção das relações entre os gêneros. Nesse sentido, Biroli (2018, p. 54) traz que “*há como na divisão sexual do trabalho, um paralelo entre as posições de desvantagem nas relações de cuidado e a exclusão ou baixa presença nos ambientes em que leis e políticas são definidas*”.

Esse debate ainda se insere no circuito família-maternidade. A instituição primária família ganha sentido diante de contextos específicos, não se apresentando, portanto, igual. Todavia, aponta-se que, nas sociedades capitalistas, o modelo familiar se alicerça na unidade básica de pai, mãe e prole, sendo produto histórico da classe hegemônica, a burguesia. Com essa perspectiva, Biroli (2018, p. 92) aborda duas dimensões: controle e privilégio. A dimensão do controle é operada pela ideia de fronteira, em que há “[...] de um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas e, de outro, formas que, por serem estigmatizadas, são alvo de violência simbólica e de privações”. A dinâmica dessa fronteira, por sua vez, produz

dois fenômenos, seletividade e segregação. Ela seleciona quem pode atravessar e quem não pode. Já a dimensão do privilégio revela desigualdades.

De acordo com Biroli (2018, p. 92),

Leis e políticas públicas ativam determinadas concepções de família e, com isso, excluem laços e formas práticas de organização. Isso implica não apenas reconhecimento social desigual, mas também acesso desigual a direitos e recursos materiais.

Nesse contexto, ao acrescentar nessa equação outros marcadores e situações, vislumbra-se mais vulnerabilidades. A exemplo, o cenário da relação das mulheres com as mudanças climáticas. Sendo assim, a reflexão sobre essa perspectiva revela as opressões que se interseccionam: mulheres-negras-pobres-indígenas-lésbicas-quilombolas, dentre outras diversas possibilidades. Nessa conjuntura, acrescenta-se, ao debate, o termo racismo ambiental. Esse tema emergiu diante dos estudos sobre justiça ambiental e diz respeito às injustiças sociais e ambientais que, de forma desproporcional, incide sobre etnias vulnerabilizadas, como a negra e indígena. Foi o movimento negro norte-americano que colocou em pauta esse debate.

Dessa maneira, esse termo ficou conhecido quando o pesquisador Bullard (2004) apresentou uma pesquisa

demonstrando que os aterros sanitários, depósitos e incineradores de lixo da cidade de Houston, públicos ou privados, não eram instalados segundo critérios técnicos e estavam todos localizados em bairros cuja população era de maioria negra.

Ao se discutir sobre racismo ambiental, emergem debates que o coloca como oportunismo e apelação. Todavia, ao voltar os olhos para quem ocupa as favelas e morros, quem está próximo aos rios e trilhos, observa-se que os corpos carregados pelas enchentes e soterrados por deslizamentos é o corpo vulnerabilizado, marcado pela cor da pele. Portanto, o racismo ambiental exibe as comunidades marginalizadas e expostas a um maior contato com os riscos ambientais, além disso, o termo se entrelaça às relações de gênero, o que intensifica desigualdades e deixa determinados grupos sociais mais vulnerabilizados.

Diante desse contexto, entende-se que as mulheres, atravessadas pelos marcadores de raça e classe, são as mais afetadas pelos impactos do racismo ambiental. Isso porque, a figura feminina é associada a ideia de cuidadora e, portanto, espera-se que a busca pela água potável, a coleta de alimentos e a limpeza de áreas contaminadas recaia, principalmente, sobre elas. Nesse sentido, as mulheres negras e indígenas moradoras de comunidades tradicionais

estão mais expostas a agrotóxicos, resíduos industriais, dentre outros riscos.

Em face do exposto, salienta-se que há uma pirâmide de exploração que traz, em seu topo, o homem cis, branco, heterossexual marital (supostamente monogâmico) e com prole. Às mulheres, por seu turno, a quem o trabalho doméstico é associado, as condições são bastante distintas. Além disso, ressalta-se também as relações de poder que se instauram entre mulheres brancas e negras, ricas e aquelas em condições menos favorecidas socioeconomicamente, dentre outras formas de estratificação.

Diante desse cenário, vislumbra-se que tais assimetrias de acesso ao poder é um limitador de vivência de cidadania plena. Há, nesse caso, uma democracia sufocada dentro dos espaços privados, com a ideia de gerência dos elementos do lar, que pode ser transposta para o público. Mantém-se, então, a lógica da dominação, da separação desigual de distribuição do poder. Ao cozinhar, a mulher calcula quanto gasta de gás, água, quantidade de alimento usado para não haver tantas sobras. Um aprendizado de gênero, que se apresenta desde a tenra infância. Dessa lógica, espera-se que seja levado ao espaço público, quando se assume profissões, a imagem do cuidado. Segundo Biroli (2018, p. 55), “[...] falar de cuidado é falar das assimetrias no exercício da influência política e na conformação do mundo”.

Ainda conforme essa autora,

As abordagens do cuidado, entretanto, não se restringem a uma crítica à alocação desigual das responsabilidades e do poder e às desvantagens de estar na posição de quem cuida em sociedades nas quais os vínculos são desvalorizados e predomina a lógica econômica concorrencial. Elas voltam também para a dimensão ético-política das relações de cuidado e para seu potencial impacto na esfera pública e na democracia (Biroli, 2018, p. 73).

Portanto, Biroli aponta que o cuidado não é apenas uma questão privada, mas uma construção social com profundas implicações políticas. Ao ser atribuído majoritariamente às mulheres, o cuidado reproduz hierarquias de gênero e limita a participação feminina na vida pública, perpetuando um modelo social patriarcal.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou evidenciar, mediante a leitura, reflexão e análise de literatura sobre a forma como o sistema capitalista de produção contribuiu para a invisibilização e a desvalorização do trabalho de cuidado, o qual, historicamente, tem sido realizado por mulheres. Essa dinâmica, ao separar os âmbitos público e privado, consolidou um sistema de exploração que reforça a lógica patriarcal e aprofunda as desigualdades entre os gêneros.

A produção e o consumo são os motores que giram o sistema capitalista e, consequentemente, ditam as posições que os sujeitos sociais ocupam para manter essa lógica. Portanto, nesse contexto, o cuidado é colocado como atividade de menor relevância, pois está associado à esfera doméstica, algo que se quer exposto distante do espaço público. Essa separação de espaços coloca, em face, a desconsideração da atividade do cuidado, mesmo sendo elemento essencial para reprodução da vida e funcionamento da sociedade. Desse modo, essa marginalização revela o alicerce na lógica patriarcal, o que assevera as disparidades de gênero e limita a participação feminina nos espaços de poder e de decisão, restringindo-lhes, sobremaneira, a vivência plena na democracia.

Por fim, esse debate é essencial para a construção de uma sociedade justa e equitativa, já que, como foi mostrado no decorrer do texto, não se pode negar a prevalência de um estado de não reconhecimento e desvalorização do trabalho do cuidado, visto que é realizado, majoritariamente, pela figura feminina. Para tanto, por ser o cuidado um elemento central de manutenção social, é essencial que a distribuição dessa tarefa seja equânime entre homens e mulheres. Entende-se, inclusive, que isso possibilita a diminuição das desigualdades de vivência democrática entre os gêneros.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** os limites da participação no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BULLARD, Robert Doyle. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado.** 5 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

LATTANZIO, Philippe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero.** Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 30, n. 3, p. 409 – 425, set-dez/2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** v. 6, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.